

SAMORA MACHEL

**FAZER DO NIIASSA
UMA BASE SÓLIDA
NA CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO**

14

coleção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

SAMORA MACHEL

**FAZER DO NIIASSA
UMA BASE SÓLIDA
NA CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO**

14

colecção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

Tiragem: 30 000 exemplares

**Registado no Instituto Nacional do Livro e do Disco
sob o N.º 098/INLD/79**

Composto e Impresso na Imprensa Nacional

MAPUTO

República Popular de Moçambique

Dezembro de 1979

PREFÁCIO

O documento agora editado em brochura, pelo Departamento do Trabalho Ideológico do Partido FRELIMO, reveste-se de excepcional importância para o nosso País. Trata-se da síntese das orientações traçadas pelo Presidente Samora Moisés Machel, durante a sua visita ao Niassa, em Outubro de 1979, com vista ao desenvolvimento daquela província.

O Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique lançou, durante aquela visita, a histórica palavra de ordem de «Fazer do Niassa uma base sólida na construção do Socialismo», a qual encontrou a mais entusiástica adesão em todo o País. A nossa Juventude, especialmente, começou desde logo a organizar-se, a todos os níveis, para participar na grandiosa batalha pelo desenvolvimento do Niassa.

Da mesma forma, as estruturas centrais do Estado promoveram as iniciativas necessárias para a concretização daquela palavra de ordem. O programa do Niassa tornou-se, em pouco tempo, um grande projecto nacional em que estão engajadas todas as estruturas do Partido, do Estado e das Organizações Democráticas de Massas.

Arrancar o Niassa ao esquecimento a que tinha sido votado pelo regime colonial, criar as infra-estruturas indispensáveis para aproveitar integralmente as enormes potencialidades daquela província — este o grande objectivo do programa lançado pelo Presidente da República Popular de Moçambique e assumido por todo o nosso Povo.

No presente documento, elaborado com base nas intervenções do Presidente Samora Machel em diversas reuniões com a população do Niassa, encontramos orientações fundamentais para perspectivarmos, de forma correcta, a nossa participação nesta grande ofensiva política, económica, social e cultural.

Maputo, Dezembro de 1979

*O Departamento do Trabalho Ideológico
do Partido FRELIMO*

Chegamos ao fim do nosso trabalho na Província do Niassa.

Visitámos aqui muitos lugares onde fomos construindo a vitória, gota a gota de suor, gota a gota de sangue. Recordámos muitos camaradas que enterrámos, enquanto construíamos a vitória pela qual eles morreram. Estivemos com crianças que ficaram sem os pais. Revimos os campos onde produzíamos sob os ataques do inimigo. Visitámos a Província do Niassa onde construimos a vitória.

Saudámos a população do Niassa, população heróica, população submetida à dominação mais bárbara, mais desumana, mais assassina. População que foi humilhada, despersonalizada, dividida, brutalizada e massacrada. População que lutou nas condições mais difíceis.

Na nossa viagem de trabalho na Província do Niassa, encontrámos o Povo organizado em todos os lugares que visitámos. Encontrámos a mesma alegria a transparecer nos rostos. Essa alegria é a alegria da vitória, resulta da confiança que temos na nossa força, na nossa inteligência, na nossa vontade. Resulta da certeza de que venceremos as novas batalhas, fazendo das dificuldades engajamento para as superarmos, fazendo dos problemas uma escola onde aprendemos a solucioná-los.

Para consolidarmos as nossas vitórias, para alargarmos cada vez mais as nossas conquistas, devemos estudar o nosso passado, devemos saber encontrar nele todas as grandes lições da nossa luta. Devemos conhe-

cer o que, no passado, nos enfraqueceu. Devemos conhecer o caminho que trilhámos para nos tornarmos fortes e vencermos.

A Província do Niassa é um dos grandes livros da nossa História, que todos devemos estudar.

Por um lado, encontramos a grande extensão do território — mais de 120 mil quilómetros quadrados — com muito pouca população — apenas 400 mil habitantes. Isto fez com que a Luta Armada de Libertação Nacional fosse particularmente dura nesta província.

Por outro lado, a população estava dividida, o que deve ser para nós motivo de reflexão, pois isso ajudar-nos-á a compreender melhor muitos problemas que enfrentámos hoje.

A população do Niassa estava dividida em três partes:

- população controlada pelo inimigo;
- população que foi levada a refugiar-se em países vizinhos;
- população das zonas libertadas.

A POPULAÇÃO CONTROLADA PELO INIMIGO

Uma parte da população era controlada pelo inimigo. Uns eram vendidos para o contrato, vendidos para as plantações. Outros eram mantidos numa produção de subsistência e como reserva: reserva de mão-de-obra, reserva de soldados para a tropa colonial, reserva de polícias, reserva de sipaios para as administrações e postos administrativos, para servirem como força de defesa do colonialismo.

Para impedir que a população das zonas que controlava participasse na luta armada, o colonialismo criou campos de concentração, os chamados «aldeamentos».

Os campos de concentração, além de constituírem verdadeiras prisões, eram centros de difusão da ideologia colonial-capitalista, de difusão dos valores do inimigo; eram centros de prostituição, de alcoolismo, de banditismo, de tribalismo, de regionalismo, de racismo,

de individualismo. Eram centros de destruição da integridade do homem; centros de humilhação, de fomento da passividade, de criação de instrumentos dóceis ao colonialismo, de destruição da resistência e da coragem, centros da submissão. Eram centros da divisão, da destruição da unidade. Eram centros da propaganda contra a independência, da propaganda contra a liberdade, centros onde se procurava levar o Povo a aceitar a escravatura, a lutar contra si mesmo, a lutar contra a unidade nacional, em resumo, a lutar contra a FRELIMO.

Nos campos de concentração não havia escolas, não havia hospitais ou postos sanitários, não existia produção organizada, não era permitida a expressão da nossa cultura. Não existia organização política, social e cultural. Nos campos de concentração só existia a organização administrativa repressiva.

As doenças mais vulgares provocavam a morte. As crianças nasciam sem qualquer assistência sanitária e não eram vacinadas.

Mas a morte não era deixada apenas a cargo das doenças que infestavam os campos de concentração. Neles havia escalonamento para matar, determinava-se quantos moçambicanos iam ser mortos em cada dia sob o pretexto de terem contactado os «terroristas».

Nos campos de concentração formavam-se os denunciadores, os Pides, os GEs, os OPVs, os «caçadores» para descobrirem os trilhos dos guerrilheiros, os caminhos que a população utilizava no transporte de material para a luta armada.

Nos campos de concentração, a mais simples reivindicação era considerada rebelião pelas autoridades colonial-fascistas. Pedir comida, pedir horário de trabalho, pedir tratamento humano, pedir um curativo, pedir um remédio para o filho doente — era rebelião. As pistas de aviação que havia em cada «aldeamento» serviam para trazer os soldados que vinham esmagar essas chamadas rebeliões.

Os campos de concentração eram centros de racismo, centros de criação de complexos de inferioridade, lugares onde se ensinava o Povo a considerar-se inferior, para aceitar a exploração.

O RACISMO, TEORIA DOS EXPLORADORES

O racismo não resulta da cor da pele. O racismo é um instrumento para explorar, é uma teoria dos exploradores para convencer os explorados de que são inferiores e, desse modo, aceitarem a exploração. Não foi porque o colonizador era branco que o racismo existiu em Moçambique.

Sob diferentes formas, o racismo aparece em todo o lado onde existe exploração.

Em todo o lado onde existe exploração, existe a teoria de que o Povo não é inteligente, de que o Povo é incapaz.

Era assim, por exemplo, na Rússia Czarista, era assim na China antes da libertação, no Vietname antes do triunfo da Revolução, é assim, ainda hoje, em todos os países onde domina o sistema de exploração. No Chile, quando derrubaram o Governo de Unidade Popular, os fascistas concentraram milhares de pessoas num estádio para as assassinar. Não havia lá brancos e pretos — eram todos brancos.

O explorador não tem cor, não tem raça. É como o piolho, que não aceita outro alimento que não seja o sangue.

Podemos oferecer ao piolho as melhores comidas, os melhores cozinhados.

Ele rejeita, porque quer sangue. Ao explorador podemos oferecer uma sociedade justa, uma vida próspera e feliz para todos. Ele recusa porque também só sabe alimentar-se da exploração, do sangue e do suor do Povo.

OS AGENTES DO COLONIALISMO: PODEMOS PERDOAR MAS NÃO VAMOS ESQUECER!

Na organização dos campos de concentração, os administradores e chefes de posto eram os mentores; os régulos e os sipaios eram os instrumentos realizadores.

Nas zonas que controlava, o colonialismo fomentava o poder dos régulos dando-lhes autoridade administrativa; a mesquita dava-lhes autoridade religiosa. Era deste modo que eles podiam dominar. Era em nome do colonialismo e de Deus que matavam elementos da população e guerrilheiros, que ajudavam o colonialismo a prender o Povo nos campos de concentração, ou levavam a população para fora do País, como se fosse propriedade sua.

Hoje, devemos perguntar se esses régulos e esses sipaios mudaram. Se esses régulos e sipaios têm respeito pela República Popular de Moçambique?

Nós pensamos que não mudaram. Pensamos que não têm respeito pela nossa República Popular mas sim medo do nosso poder. Nós não somos vingativos. Durante a guerra desenvolvemos o sentido humano, o respeito pela vida. Aprendemos a desenvolver entre nós a solidariedade. É por isso que queremos que os sipaios e os régulos cresçam, ganhem respeito pelo sangue derramado pelo Povo moçambicano.

A RELIGIÃO, AGENTE DO COLONIALISMO

A religião actuava nos campos de concentração, como forma de divisão. A população era ensinada a dividir-se em muçulmanos, católicos, em várias seitas protestantes.

A Igreja Católica destacava-se como agente activo da barbárie colonial. Os seus padres actuavam nos campos de concentração e nos quartéis.

Abençoavam os campos de concentração. Abençoavam neles os elementos da OPV, a cada um dos quais eram entregues várias mulheres. Abençoavam

neles a prostituição e a homossexualidade. Abençoavam neles todos os métodos de despersonalizar o nosso Povo, todas as formas de aperfeiçoar a imoralidade. Abençoavam neles a luta contra a independência, abençoavam a escravatura, a exploração, o crime, o massacre, a destruição do Povo. Abençoavam os quartéis da tropa colonial e o prostíbulo que existia ao lado de cada quartel. Abençoavam os aviões de bombardeamento e o «napalm». Abençoavam cada nova arma que chegava para massacrar o Povo.

Não ignoravam aquilo que abençoavam. Não eram obrigados a fazê-lo. Faziam-no voluntariamente, faziam-no por convicção. Aceitavam ser oficiais do exército colonial, oficiais capelães. Aceitavam vestir a farda do crime, aceitavam usar os galões que assinalavam os comandantes do crime.

O colonialismo era para a Igreja Católica o símbolo da paz em Moçambique. Para ela, o progresso e a paz eram a fome, a nudez, o analfabetismo, a doença, o tribalismo, o regionalismo, o racismo, os assassinatos os massacres, as prisões, as deportações.

Para a Igreja Católica, a pobreza e a miséria engendradas pelo colonialismo significavam a estabilidade social e política.

Para a Igreja Católica, a liberdade do Povo era a liberdade de escolher ser explorado; em relação ao colonizador, a liberdade era a liberdade de ser assassino, de matar, deportar, prender, massacrar.

Para o colonizador Liberdade era a segregação racial, o racismo, a discriminação social.

Os padres retiraram-se das zonas libertadas para se juntarem ao colonialismo. Escolheram a zona, o lado onde queriam estar. Opuseram-se sempre à luta do Povo pela liberdade. No quartel, a capela ficava ao lado do armazém onde se enchiam as bombas de «napalm». Igrejas foram transformadas em aquartelamentos da tropa colonial. A capela da prisão de Ibo foi transformada em câmara de tortura. Eles não protestaram.

No entanto, agora que vencemos, arrogam-se o direito de definir o conteúdo da nossa liberdade, querem ensinar-nos o que é a Liberdade.

Ser religioso não significa ser contra a Independência, não significa ser antipatriota. Antes de religioso, deve-se ser cidadão e patriota. Houve alguns religiosos que estiveram connosco durante a luta. Religiosos que foram presos e assassinados, como Zedequias Manganhela e José Sidumo, a quem prestamos a nossa comovida homenagem. A Gabriel Macamo e outros que foram presos e torturados, manifestamos a nossa admiração. Alguns religiosos foram perseguidos pela PIDE, como o Bispo D. Manuel Vieira Pinto, discriminado pela hierarquia da Igreja Católica ligada ao colonialismo e que, ainda hoje, continua a ser marginalizado.

Queremos também saudar a memória do régulo Maniamba, que se juntou à guerrilha e a quem o colonialismo assassinou da forma mais bárbara.

Saudamos também o senhor Manuel Braz da Costa, comerciante no Niassa que apoiou a nossa luta e sofreu na carne a retaliação brutal dos colonialistas.

A população do Niassa foi forçada a ir para os campos de concentração, foi humilhada, foi brutalizada, foi despersonalizada, mas não foi destruída.

Não foi destruída porque o espírito de resistência é indestrutível, mantém-se vivo, como a semente que só não produz quando não tem condições na terra árida e hostil.

Hoje, essa população está aqui e edifica o nosso País. Soube ser o filtrador, soube denunciar os PIDEs, os OPVs, os GEs, os GEPs, os Flechas, os Comandos, os régulos, os sipaios, os comprometidos com o colonial-fascismo.

OS REFUGIADOS

Uma outra parte da população foi levada a exilar-se em países vizinhos, como a Tanzânia, a Zâmbia e o Malawi. Foi levada a isso, por um lado, pelas ameaças

da tropa colonial e, por outro lado, por organizações religiosas que a incitavam a fugir e lhe faziam promessas de boa vida nos campos de refugiados.

Os refugiados carregaram consigo os valores da sociedade feudal tradicional e os maus hábitos criados pelo colonialismo: a venda de mulheres, os casamentos prematuros, os ritos de iniciação, a falta de higiene, as doenças venéreas, a promiscuidade, o alcoolismo, os conflitos tribais e regionais, o poder dos régulos, a indemnização em casos de adultério, a incapacidade de resolver os problemas sociais por métodos correctos.

Nos campos, os refugiados viviam desorganizados, sem estrutura própria. Habitavam-se a viver da caridade e não do seu esforço e da sua inteligência, desenvolviam a preguiça e o comodismo.

Não conheciam os problemas políticos e não acompanharam as transformações que se operavam em Moçambique. Desenraizados, desconheciam também os problemas dos países em que estavam.

A falta de enquadramento político e o baixo nível de consciência determinaram que se desenvolvesse neles o espírito de cobardia. Diversas vezes, quando a FRELIMO procurava mobilizá-los, manifestavam esse espírito, afirmando que a guerra exterminaria a população e que eles seriam a semente do país depois da guerra terminada.

Viveram alheios ao processo de libertação da terra e dos homens, não participaram na expulsão do colonialismo. Por isso não se libertaram. Não assumiram os valores do trabalho colectivo, da disciplina, da determinação, da coragem. Não assumiram o valor da unidade nacional, não compreenderam a força da unidade como arma dos povos para a vitória.

Hoje é preciso desenvolver um esforço para os educar nos nossos valores e levá-los a viver a nossa vida.

A POPULAÇÃO DAS ZONAS LIBERTADAS

Finalmente, havia a população das zonas libertadas. Foi ela que construiu a vitória, que aceitou todos os sacrifícios, que aceitou que morresse um para que vissem cem, que morressem cem para que vissem milhões.

Foi a população das zonas libertadas que fez as longas marchas, sem água, subindo montanhas com os pés descalços, ao sol, ao frio, à chuva, sob os bombardeamentos, transportando material, transportando a produção, transportando feridos.

Foi a população das zonas libertadas que produziu para alimentar os guerrilheiros, para alimentar os hospitais e infantários.

Na luta de libertação nesta grande província do Niassa, todo o país participou. Por isso, estão enterrados aqui muitos camaradas de todas as províncias, de todos os grupos étnicos. Caíram em toda a parte. Cada pedaço de terra está regado do sangue dos nossos camaradas.

Ao lado dos guerrilheiros vindos de todo o país, a população das zonas libertadas matou o regionalismo, matou o tribalismo, matou o racismo. Foi a população das zonas libertadas que estabeleceu que os homens de todas as raças, de todas as cores são iguais.

Foi a população das zonas libertadas que liquidou a exploração, que destruiu a imoralidade e a corrupção.

Foi a população das zonas libertadas que uniu Moçambique do Rovuma ao Maputo, que produziu as ideias revolucionárias, as ideias vermelhas.

Foi a população das zonas libertadas que criou a vida colectiva, a solidariedade entre todos nós.

Foi a população das zonas libertadas que promoveu a emancipação da mulher.

Foi a população das zonas libertadas que nos ensinou que a luta do Zimbabwe é nossa luta; que a luta no Saara é nossa luta; que a luta de Timor-Leste é nossa

luta; que a luta dos povos da América Latina é nossa luta. Que é nossa a luta de todos os exploradores do Mundo.

Nas zonas libertadas materializámos a nossa Pátria. Criámos a nossa linha política revolucionária no suor comum, no sacrifício comum, no sangue vertido ao mesmo tempo. Nas zonas libertadas materializámos o sonho secular do Povo moçambicano, a liberdade e a independência.

As zonas libertadas são para nós lugares sagrados. Cada base, cada escola, cada infantário, cada hospital, cada trilho é um capítulo glorioso da nossa História.

Todo o País deve conhecer Matchedje. Foi em Matchedje que nasceu a nossa vitória. Matchedje é a maternidade onde se produziu a parteira da nova sociedade.

Foi em Matchedje, no II Congresso da FRELIMO, que venceram as ideias justas, que derrotámos a linha reaccionária, a linha antipopular. Foi aí que enterrámos definitivamente o tribalismo, que enterrámos o racismo, que traçámos a política do poder popular, que lançámos os fundamentos para liquidar a exploração, que decidimos desencadear o processo da guerra popular revolucionária.

Foi em Matchedje, local de confrontação com a linha reaccionária, que impusemos a política de emancipação da mulher, que decidimos a política de clemência para com os soldados portugueses feitos prisioneiros.

Foi em Matchedje que nasceram as bases políticas e ideológicas do nosso Partido de Vanguarda.

Por tudo isto, Matchedje deve ser conhecido por todos os moçambicanos.

OS TRAIDORES

No processo da luta, também surgiram traidores nas zonas libertadas.

O desertor é um traidor. O desertor que se junta ao inimigo comete um crime de alta traição.

Houve categorias diferentes de desertores.

Uma era a dos ambiciosos políticos e económicos. Eram elementos que não encontravam lugar para ser exploradores no sistema colonial, porque esses lugares eram reservados aos portugueses. Vieram para a FRELIMO, com a intenção de encontrarem um lugar para explorar. Para eles, a vitória significa a substituição do explorador branco pelo explorador preto. Quando viram que não podiam satisfazer na FRELIMO os seus interesses egoístas, mesquinhos e antipopulares, fugiram da unidade revolucionária e juntaram-se ao inimigo para combater o poder popular, para combater a construção de um sistema social justo. Fugiram do povo para se juntarem aos seus iguais: os exploradores do povo.

Tivemos vários desses traidores; Lázaro Kavandame, de Cabo Delgado; Miguel Murrupa, de Sofala; Wills Kadawele, de Niassa; Casal Ribeiro, de Tete; Alexandre Magno, da Zambézia; Régulo Catur, de Niassa, e outros.

Outra categoria de desertores era formada por pessoas que tinham cometido crimes e vieram para a FRELIMO, fugindo da punição colonial. Pensavam que, na FRELIMO, poderiam continuar a ser ladrões, assassinos, bandidos e vagabundos. Desertaram quando viram que a FRELIMO não admitia isso.

Outros desertaram porque não suportavam sacrifícios, porque tinham medo físico.

Muitos desertores juntaram-se ao inimigo, para o guiarem nos ataques contra as zonas libertadas, para revelar a nossa estratégia e tática, para revelar os nossos métodos de trabalho, para revelar segredos da nossa Organização. Treinaram OPVs e soldados do exército colonial para lutarem contra nós.

Quando vencemos, enviámos traidores para campos de reeducação aqui no Niassa. Enviámos também marginais e bandidos que encontrámos em todas as cidades do País. Enviámo-los para que pudessem transformar-se em cidadãos úteis. Enviámo-los, e continuaremos a fazê-lo, porque pensamos que os homens podem ser

transformados, através do trabalho colectivo, da disciplina assumida, da elevação da consciência política.

Quando o fizemos, a reacção manifestou-se em toda a parte. E, uma vez mais, encontrámos a Igreja Católica à testa duma acção reaccionária.

A Igreja Católica, que colaborou activamente na barbárie colonial, que participou no aprisionamento do nosso Povo nos campos de concentração, que nunca protestou contra as prisões e as torturas da PIDE, que jamais se manifestou condenando oficial e publicamente os massacres perpetrados pela tropa colonial, essa mesma Igreja Católica diz agora que não há liberdade em Moçambique porque seguimos uma política de reeducação de traidores e criminosos. Chama aos nossos campos de reeducação «campos de concentração». Pede ao mundo que reze para «libertar» Moçambique das ideias vermelhas.

Jamais mudará a cor da nossa bandeira. Será sempre vermelha.

O QUE ERAM AS ZONAS CONTROLADAS PELO INIMIGO

Vencemos e proclamámos a Independência.

O que é que encontrámos nas zonas controladas pelo inimigo?

Encontrámos membros da ANP; encontrámos membros do Movimento Nacional Feminino, que confortavam os soldados portugueses; encontrámos PIDEs, Comandos, GEs, GEPS, Flechas e OPVs; encontrámos administradores e chefes de posto que nos davam palmatória, sipaios que nos algemavam, régulos que nos vendiam, polícias que nos brutalizavam; encontrámos directores das grandes companhias, capatazes do algodão, latifundiários; encontrámos os difusores dos valores do inimigo, assimilados, professores que nos ensinavam que «Moçambique só é Moçambique porque é Portugal» e nos ensinavam a admirar o administrador,

o chefe do posto, o director da companhia, o capataz, o latifundiário, o régulo e o sipaio.

Encontrámos a juventude corrompida e alienada, sem perspectiva, obrigada a pertencer à Mocidade Portuguesa.

Encontrámos o racismo, o tribalismo e o regionalismo.

Encontrámos o ódio, a desconfiança, o desprezo e rancores concentrados entre grupos raciais e étnicos. Encontrámos a divisão religiosa, encontrámos grupos que se espiavam uns aos outros.

Encontrámos a terra nas mãos de um punhado de companhias e de latifundiários. Encontrámos as cidades nas mãos dum punhado de pessoas. Encontrámos a vida do povo nas mãos duma minoria. Encontrámos a ciência e a técnica na posse duma pequena elite.

Encontrámos a proliferação da prostituição, a prostituição generalizada, oficializada. Encontrámos as cidades envenenadas por doenças venéreas. Encontrámos crianças abandonadas e a mendicidade.

Encontrámos criminosos e bandidos organizados e a proliferação da droga e da pornografia.

Encontrámos a falta de respeito pela pessoa humana, a falta de dignidade.

Encontrámos o comércio da saúde, o comércio da educação, o comércio da justiça, o comércio da morte, com os cadáveres divididos em categorias. Encontrámos a ganância do lucro, a concorrência dos exploradores — quem explora mais, quem humilha mais, quem discrimina mais, quem mata mais? — com prémios e condecorações para os maiores exploradores e os maiores assassinos.

Encontrámos o burocratismo, a incompetência, métodos de trabalho retrógrados e primitivos.

Encontrámos tudo isto organizado, estruturado, erigido em sistema, em máquina de triturar o Povo.

Em tudo isto, como parte integrante do sistema, encontrámos a religião e, em particular, a participação activa da Igreja Católica. Insidiosamente, foi lançada

contra a nossa Revolução a seita das «Testemunhas de Jeová», ligada às forças reaccionárias internacionais, a desafiar o nosso Governo, a recusar enviar as crianças para os hospitais quando estavam doentes, a recusar enviá-las para as escolas, a oporem-se à reconstrução nacional, a desrespeitar a nossa Bandeira.

O SIGNIFICADO DA BANDEIRA NACIONAL

A nossa Bandeira Nacional representa o sangue derramado durante séculos pelo Povo moçambicano. Representa a determinação e o heroísmo do Povo, a sua coragem, o seu sacrifício, a sua unidade.

A nossa Bandeira Nacional é o símbolo da nossa força, das ideias correctas, da justeza da nossa luta, do internacionalismo, da amizade entre os povos, da paz e do progresso.

A nossa Bandeira Nacional é o símbolo da igualdade entre os homens. Ela cobre-nos a todos nós, seja qual for a raça, a cor da pele, a origem étnica.

A Bandeira Nacional representa tudo quanto queríamos quando marchávamos, quando aceitávamos a morte, quando nos sujeitávamos à fome, aos bombardeamentos, ao «napalm».

A nossa Bandeira não descerá jamais. Ela é o símbolo do nosso futuro luminoso e brilhante.

Por isso, não permitimos a ninguém que desrespeite a Bandeira Nacional.

Mas houve quem fingisse indignação por não admitirmos o desprezo pela nossa Bandeira, por não permitirmos que se opusessem à reconstrução nacional, aos interesses e direitos mais legítimos do nosso Povo.

Em nome da liberdade e da democracia, exigia-se-nos que assistíssemos passivamente ao desencadear da anarquia e da confusão, que permitíssemos o liberalismo, a indisciplina, o desprezo pelos nossos valores, pela nossa Independência tão duramente conquistada.

Recusámos. Não somos liberais. Para nós, a Revolução é a transformação radical da sociedade.

DESMANTELAR O COLONIAL-FASCISMO

A nossa Independência não teria significado se man-tivéssemos o sistema que encontrámos nas zonas que o inimigo controlava. Fazê-lo seria uma traição à luta, uma traição ao sangue derramado pelos melhores filhos do Povo moçambicano.

Era preciso desmantelar, destruir todo o sistema social, político, ideológico, económico, administrativo e cultural do colonial-capitalismo e implantar as bases do novo sistema, da nova sociedade, forjadas nas zonas libertadas.

Nas zonas libertadas já não sabíamos o que é vender a terra, comprar o advogado, especular com a casa, comerciar cadáveres.

A nossa tarefa foi e continua a ser a de implementar as conquistas e valores das zonas libertadas: colocar as escolas ao serviço do Povo, abrir as portas dos hospitais, construir a Saúde para o Povo, democratizar a Justiça, colocar a terra ao serviço do Povo.

As Lojas do Povo vêm da experiência das lojas e cooperativas da FRELIMO nas zonas libertadas, as machambas estatais e cooperativas resultam das nossas machambas e cooperativas nas zonas libertadas. O nosso Estado mergulha as suas raízes na implantação do poder popular nas zonas libertadas.

Quando começámos a implantar o nosso poder e a impor os nossos valores nas zonas que o inimigo controlava, assistimos à fuga em debandada da burguesia colonial. Não partiram simplesmente: fugiram.

Fugiram o médico, o enfermeiro, o preparador de farmácia, o analista, o anestesista, o radiologista, mesmo a costureira e a telefonista do hospital. Operavam o doente de manhã e fugiam à tarde, antes de poderem saber o resultado da operação. Requisitavam análises e fugiam antes de elas chegarem, sem saber o mal do doente que abandonavam. Fugiram, quando tiveram a oportunidade de tratar doentes, sem se preocuparem com questões materiais, quando podiam prestar assis-

tência a homens de todas as cores, num país independente, revolucionário, democrático, que aspira ao progresso e à paz.

Fugiram o professor da creche, o professor primário, o professor secundário, o professor universitário, quando lhes foi dada a ocasião de ensinarem mais alunos, sem discriminação de qualquer espécie.

Ao fugir, mostraram que eram indignos. Que não eram médicos, professores, advogados ou juizes — que eram exploradores sem escrúpulos. E, por isso, fugiram.

Fugiram ao poder popular, porque se identificavam com o poder colonial. Mas, para criarem o pretexto, pretenderam acusar-nos de radicais e irrealistas. Porque colocámos a Saúde, a Educação, a Justiça, a Terra, a Habitação, ao serviço do Povo, éramos radicais. Porque lançámos a luta contra o racismo e a discriminação social, porque desencadeámos a batalha pela emancipação da mulher, porque o poder foi tomado pelas largas massas populares, éramos irrealistas.

Sim, somos radicais quando se trata da linha política que construímos durante a guerra popular revolucionária de libertação nacional. Sim, somos radicais quando se trata da defesa dos interesses do Povo. Sim, somos radicais quando se trata da defesa da nossa vitória. Sim, somos radicais quando se trata da defesa dos nossos princípios. Sim, somos radicais quando se trata de defender o conteúdo e a razão de ser da nossa luta. Sim, somos radicais quando se trata dos nossos objectivos. Sim, somos intransigentes quando se trata da Revolução.

Sim, somos irrealistas porque somos contra a realidade do inimigo, a realidade da miséria e da exploração. Essa realidade nós recusámo-la. E, por isso, fomos para a floresta lutar, e continuamos a lutar.

Nós recusamos os valores do inimigo. O inimigo não se resigna aos nossos valores — foge.

Quando o inimigo apenas efectua uma retirada, não está ainda derrotado. Quando foge, sim. E de Moçambique o inimigo fugiu

TODOS OS PROBLEMAS TÊM QUE SER RESOLVIDOS PELO POVO

O colonialismo devastou o nosso País, só deixou atrás de si a fome, a miséria, o analfabetismo, a nudez e a doença.

Muitos dos que fugiram pensavam que a sua fuga desorganizaria o nosso País, provocaria o caos económico, impediria o nosso desenvolvimento. Estavam confundidos. A sua presença, a presença do colonialismo, é que nos subdesenvolvia.

O nosso País está aqui. Sabemos governá-lo. Estamos a desenvolver a nossa economia. Fizemos mais em quatro anos de independência do que o colonialismo em quinhentos anos.

É verdade que temos problemas graves: são os problemas que o colonialismo nos deixou. O Niassa é um exemplo flagrante desses problemas.

Esta província produz algodão, mas não tem uma fábrica de tecidos nem de roupa. Produz milho, batata, fruta, mas não tem estradas para escoar estes produtos. Tem um lago rico em peixe, mas não tem indústria de pesca. Tem milho, mas não tem moagem. Tem riqueza no subsolo, mas não é conhecida.

São problemas sérios, que dificultam o nosso desenvolvimento.

Todos os problemas do nosso País têm de ser resolvidos pelo Povo.

Em primeiro lugar, devemos produzir. Produzir milho, mapira, trigo, mandioca, gergelim, girassol, batata, peixe, vacas, porcos, galinhas, patos, coelhos, laranjas, mangas, pêsegos, maçãs, pêras, uvas, tangerinas. Devemos produzir algodão. O algodão já não é roubado ao Povo para enriquecer o colonialista. Hoje, o algodão que produzimos serve para eliminar a nudez, para produzir roupa para todos e liquidar o subdesenvolvimento.

Em segundo lugar, devemos abrir estradas, conservar e aumentar as pistas de aviação e construir novas pistas, para escoarmos os nossos produtos.

Durante o colonialismo, a estrada existia para fazer chegar o administrador, para cobrar o imposto de palhota, para levar os homens para o trabalho forçado, para roubar o pouco que a população tinha. As pistas de aviação existiam para que os aviões pudessem trazer a morte.

Hoje, as estradas e as pistas são para escoar os nossos produtos, para trazerem os bens de que precisamos e para que o Povo moçambicano se possa conhecer.

Em terceiro lugar, devemos construir as novas cidades. As cidades que o Niassa tem são poucas e não servem de centros de desenvolvimento para toda a Província. Vamos construir os novos centros de desenvolvimento, as novas cidades, com casas de alvenaria e não com palhotas.

Para construirmos estradas e cidades, o Estado vai apoiar com técnicos e alimentação. Mas o trabalho deve ser voluntário porque o Estado não tem dinheiro.

No tempo da luta armada, aceitávamos sacrifícios para desenvolver a guerra. Durante dez anos, ninguém recebeu salário. Essa guerra terminou. Agora a nova guerra trava-se no campo económico, na reconstrução nacional. É uma guerra que não exige sangue, mas que continua a exigir esforço, determinação e sacrifício.

Aqueles que não tiveram ocasião de participar na guerra de libertação nacional, devem agora participar nesta nova e exaltante tarefa patriótica, devem ser heróis do trabalho.

O NIASSA VAI SER ESCOLA DE MARGINAIS

A Província de Niassa vai ser a grande escola dos marginais. Os marginais de todas as Províncias virão para aqui. Virão trabalhar, virão para construir as suas casas, para produzir, para ser ensinados pela população do Niassa, para se transformarem em cidadãos dignos, úteis, trabalhadores. Virão para participarem no desenvolvimento desta Província.

O Estado apoiará a sua integração e a dos seus familiares que quiserem acompanhá-los.

Libertámos já os reeducandos do campo de reeducação do Unango. São quinhentos e cinquenta e três homens. Entre eles há criminosos, assassinos, ladrões, bandidos, GEs, GEPs, Flechas, Comandos, PIDEs. Pediram que a população do Niassa os aceite: querem construir no Unango uma cidade maior do que Lichinga e nós vamos apoiá-los.

Os desertores militares da FRELIMO foram também libertados e ficarão nesta província, como cidadãos livres, trabalhando. São mais de seiscentos, e as suas famílias também virão.

Mas não virão só os marginais: de todo o País virão forças para apoiar esta grande batalha contra o subdesenvolvimento.

AS QUEIMADAS E O ABATE DE ÁRVORES

No Niassa, como nas outras províncias do nosso País, constatámos um problema grave que resulta da prática das queimadas.

As queimadas estão a provocar grandes prejuízos ao nosso País. Ao destruírem a vida animal e vegetal, elas destroem importantes riquezas: carne, couro, marfim, madeiras preciosas. Por outro lado, facilitam a erosão da terra e eliminam a sua fertilidade.

Por isso, vamos tomar medidas rigorosas para que a prática das queimadas termine. A Assembleia Popular está a estudar uma Lei contra as queimadas, que prevê penas severas para os que fizerem queimadas. Não podemos permitir a destruição da nossa riqueza.

Constatámos também o abate indiscriminado de árvores. É outra prática que destrói riquezas importantes do nosso País. Devemos organizar e programar o abate de árvores, saber que árvores devemos abater quantas e para quê. Não podemos continuar a fazer lenha com jambirre, e a cozer pão com madeiras preciosas.

As Assembleias do Povo devem programar o abate racional de árvores e impedir o seu abate indiscriminado.

Além disso, devemos plantar árvores, arborizar a nossa Província. Devemos plantar árvores de fruto, e é grande a variedade das que podem crescer e frutificar no Niassa. Devemos plantar também árvores de boa madeira e que defendem os solos, como o pinheiro.

Queremos dizer que o Estado vai apoiar o vosso esforço, o vosso trabalho no desenvolvimento do Niassa. Vamos enviar camiões, tractores, machimbombos, moinhos médios e outros meios de produção.

Temos a certeza de que a população do Niassa vai saber estimá-los, utilizá-los correctamente, preservá-los, valorizá-los, produzir com eles riqueza para todo o País, porque sabe que eles são fruto do trabalho do Povo e devem servir para o progresso do Povo.

Finalmente, queremos saudar o vosso heroísmo, a vossa coragem, a vossa determinação, o vosso patriotismo. Em nome de todo o Povo moçambicano, queremos agradecer as vossas valiosas contribuições para o reforço da nossa capacidade defensiva. Elas demonstram elevada consciência política, profundo espírito de solidariedade, alto sentido de patriotismo e de unidade nacional.

Queremos saudar o vosso calor, o vosso entusiasmo, a vossa organização, a vossa mobilização, a vossa disciplina. São características do nosso Povo do Rovuma ao Maputo, são altos valores da nossa Revolução. Orgulha-nos que estas características do nosso Povo vivam tão profundamente no Niassa, de Metangula a Mecula, de Chuinde a Mecanheles, de Chamba a Cuamba.

A LUTA CONTINUA

1979 ANO DE CONSOLIDACÃO DAS NOSSAS CONQUISTAS